

Portugal exerceu, pela terceira vez, o mandato de membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas no biênio 2011-2012¹. Após uma candidatura que constituiu um assinalável sucesso para a diplomacia portuguesa – já que disputou os lugares destinados ao grupo Ocidental com a Alemanha e o Canadá – Portugal dispôs, desta forma, de mais uma importante oportunidade para contribuir, de forma efetiva, para a definição da agenda internacional, fortalecendo a sua imagem e prestígio no exterior.

Muito do êxito alcançado está associado à credibilidade diplomática de Portugal e à sua capacidade para promover o diálogo entre o Norte e o Sul. O posicionamento internacional português é, ainda, favorecido pelo facto de ser membro da União Europeia, aliado na OTAN e integrar o espaço da CPLP, bem como pelas relações estabelecidas, na última década, com vários dos Estados do Norte de África e Médio Oriente.

Em novembro de 2011 coube a Portugal assumir a presidência mensal do Conselho de Segurança da Nações Unidas, sendo responsável pela gestão da agenda, presidindo a todas as sessões de trabalho e agindo como seu porta-voz. Durante este período, Portugal procurou contribuir ativamente para a discussão de questões fundamentais da atual conjuntura internacional, designadamente no que concerne ao Tribunal Penal Internacional, à situação na Guiné-Bissau, à admissão da Autoridade Palestiniana enquanto Estado não-membro da ONU e ao conflito na Síria. Além de participar nos trabalhos diários do Conselho de Segurança da ONU, Portugal assegurou a presidência de três órgãos subsidiários – o Comité de Sanções à Líbia, o Comité de Sanções à Coreia do Norte e o Grupo de Trabalho sobre Tribunais Internacionais –, sendo que em 2012 esta última foi substituída pela presidência do Grupo de Trabalho sobre a Reforma dos Métodos de Trabalho do Conselho de Segurança.

A situação das mulheres e crianças em conflitos armados, os esforços de prevenção e resolução pacífica dos conflitos, as operações de manutenção e de consolidação da paz sob liderança das Nações Unidas e os exigentes desafios que as alterações climáticas colocam do ponto de vista da segurança global, foram alguns dos temas transversais que fizeram parte da agenda do Conselho de Segurança e para os quais Portugal contribuiu de forma significativa.

1 Portugal foi eleito, pela primeira vez, como membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU em 1979-1980, tendo sido eleito para um segundo mandato em 1997-1998.

O Instituto da Defesa Nacional, atento a esta importante projeção da visibilidade externa de Portugal, criou, em finais de 2010, o “Grupo de Estudos sobre a Participação de Portugal no Conselho de Segurança da ONU”. Entre 2011 e 2012 este fórum de discussão organizou cinco reuniões que contaram com a participação de um vasto leque de diplomatas, militares, académicos, especialistas e investigadores nacionais. O presente número temático da *Nação e Defesa* procura refletir sobre algumas das questões debatidas no seio do Grupo de Estudos, através da análise de um conjunto de académicos e investigadores nacionais e internacionais.

Na secção extra dossiê publica-se ainda um conjunto de artigos sobre temas atuais, tanto no plano da segurança e defesa como da ciência política. São analisadas questões que vão desde os “conflitos cibernéticos” aos conflitos “tradicionais”, dos desafios que se colocam à segurança interna da União Europeia aos que enfrentam as indústrias de defesa, dos estudos críticos de segurança à análise comparativa de processos de democratização.

Através da publicação deste conjunto de artigos com um leque temático tão diferenciado, mas sem dúvida de inquestionável interesse para a compreensão do atual panorama da política internacional, a *Nação e Defesa* procura, assim, contribuir, uma vez mais, para a promoção da análise e reflexão crítica sobre os temas relevantes da Segurança e Defesa internacionais.

Vítor Rodrigues Viana